

ACONTECIMENTO, TEMPORALIDADE E ENUNCIÇÃO Definições terminológicas e o fato novo na ciência

MÓNICA G. ZOPPI FONTANA
IEL-UNICAMP-CNPq

ABSTRACT: The aim of this paper is to describe temporality in terminological definitions as an effect of enunciative agency determined by the constitutive relation between language and interdiscourse. A case study is developed on official documents produced in the process of terminological redefinition of the category of “planet”, which was vigorously debated during the XXVI General Assembly of the International Astronomy Union, at Prague, in august, 24th of 2006. It is argue that an enunciative approach leads to describe scientific terms and their redefinitions in the context of the text where they are introduced and of its relations with other texts, in order to be able to interpret the way enunciative agency determines both temporality and the construction of reference.

Key-words: temporality, enunciative agency, definition, enunciative event, sens and reference

INTRODUÇÃO

No dia 24 de agosto de 2006, a Assembleia Geral da União Astronômica Internacional (IAU, de acordo com a sigla oficial em inglês), reunida em Praga por ocasião de seu XXVI Congresso, aprovou, através de resolução submetida à votação: a-) uma nova definição para o conceito de “planeta”; b-) uma nova categoria, a dos “planetas-anões” (dwarf planets); e c-) uma nova denominação “pequenos corpos do sistema solar” (Small Solar-System Bodies) para os corpos celestes que não podem ser classificados em nenhuma das outras duas categorias. Como consequência de sua aprovação e de sua aplicação na descrição dos fenômenos astronômicos, os cientistas propuseram uma reconfiguração do sistema solar, excluindo Plutão do conjunto dos planetas. Esta resolução teve, na época, uma ampla e imediata difusão na imprensa em geral e, especificamente, nas publicações de divulgação científica, dado o impacto que ela produzia nas representações e saberes já estabilizados no público especializado e leigo em geral.

Neste trabalho propomos uma análise do texto da resolução aprovada pela IAU, na sua relação constitutiva com outros textos da página web oficial dessa associação, visando a estabelecer o modo como o agenciamento enunciativo afeta a presença das marcas de temporalidade nos enunciados, especificamente pela relação com o lugar do locutor-x (representado, respectivamente, como comunidade de astrônomos profissionais ou como instituição científica), e dos lugares de dizer (enunciador coletivo, enunciador universal).

A exploração deste corpus atual, ao mesmo tempo enxuto e representativo, permite-nos observar o funcionamento enunciativo da *definição terminológica* e sua relação

constitutiva com as práticas científicas de formulação e gestão dos enunciados teóricos que delimitam um campo de conhecimento específico. Neste sentido, concordamos com Krieger (2000) quando afirma, retomando a posição defendida por Alan Rey, que uma abordagem descritiva da terminologia leva a revisitar toda a reflexão sobre a linguagem e o sentido, pelo fato de lidar com o nome e a denominação como formas linguísticas de base ao fazer terminológico. Assim, ela defende que “tratar de terminologia técnico-científica é tratar de uma questão da linguagem e não de um constructo ideal e homogêneo a serviço de uma comunicação restrita ao âmbito de especialistas e isento de polissemia e de ambiguidades conceituais” (op.cit:214). Ao traçar um panorama atual dos estudos terminológicos, a autora aponta para os aspectos comunicacionais e pragmáticos que redefiniram a orientação teórica do campo a partir da década de 90¹ e conclui que “a passagem do domínio, ou seja, do privilégio aos esquemas conceituais das ciências e das técnicas, para o texto e o discurso consiste num dos mais importantes pontos de reversão dos estudos terminológicos” (op.cit:224).

Nossa abordagem privilegia no estudo dessas questões um enfoque enunciativo que considera a relação da língua com o interdiscurso. Isto nos leva a privilegiar a análise das *definições terminológicas* enquanto integradas a um texto dentro do qual elas estabilizam seu sentido (no nosso caso, o texto da *Resolução 5A*), o que permite refletir não só sobre o funcionamento da denominação e sua relação com os enunciados definidores, mas, também, sobre a performatividade que afeta esses enunciados em relação ao agenciamento enunciativo e seus efeitos sobre a expressão da modalidade e da temporalidade nos mesmos. Neste sentido, nosso interesse desloca o olhar descritivo da relação termo/léxico especializado para a que se estabelece entre enunciados definidores/texto/acometimento.

Por outro lado, assumindo com Guimarães (2007) que o sentido de um enunciado se estabelece numa relação com o texto e entre textos, além de descrever o funcionamento desses enunciados no acontecimento de sua formulação, nos interessa, também, compreender os efeitos de sentido produzidos sobre seu funcionamento enunciativo pela sua ampla circulação na sociedade, através de sua inserção, reformulação e comentário em textos de divulgação científica, veiculados inclusive pela mesma associação científica. Dito de outra maneira, nos interrogamos sobre o que muda quando o acontecimento de (re)definição terminológica é ressignificado como *notícia* pela mídia geral e especializada. Desta maneira, o nosso corpus nos fornece, também, um espaço de observação privilegiado para compreender a produção de sentidos de *novidade* e *credibilidade* para a prática científica, o que nos leva a retomar a questão do discurso sobre as descobertas científicas e seus efeitos na enunciação.

¹ Cf. Krieger (2000:222): “Já se constata uma concretização nos estudos e aplicações que levam em consideração a interrelação dos léxicos terminológicos com os contextos comunicativos em que se materializam. Mesmo que de forma ainda dispersa, essas novas pesquisas terminológicas, na busca da apreensão da constituição e do funcionamento das terminologias, têm se valido do alcance explicativo dos fenômenos da linguagem, oferecido pelas teorias do texto e do discurso”.

NOMEAR, DEFINIR, CLASSIFICAR

O texto veiculado na página oficial da IAU em 24 de agosto de 2006, data da votação da resolução, é um claro exemplo do funcionamento das operações enunciativas que permitem formular os enunciados teóricos a partir dos quais é possível constituir um campo específico para a prática científica. Estabelecer uma nomenclatura própria (nomear), propor uma definição explícita para os termos criados ou emprestados de outros campos (definir), e organizá-los a partir de suas relações em classes ou sub-sistemas de relações (classificar), são as três operações semântico-enunciativas cruciais para a delimitação dos objetos de pesquisa que identificam um campo de conhecimento. Dado seu papel basilar para a produção de conhecimento teórico, estas operações foram largamente estudadas a partir do enfoque da epistemologia. Dentro dos estudos da linguagem, o campo da terminologia se ocupa tradicionalmente desta questão, em estreita vinculação, no início, com a filosofia do conhecimento científico, e mais próxima, hoje, das teorias linguísticas que tratam da relação entre linguagem, sociedade, texto e discurso.²

Nosso interesse, neste trabalho, é descrever o funcionamento das *definições terminológicas* considerando sua relação constitutiva com o agenciamento enunciativo e a temporalidade instaurada pelo acontecimento da enunciação, o que nos leva a descrever os textos onde estão inseridos e sua circulação na sociedade através do discurso da ciência e da divulgação científica. Vejamos, então, o texto da famosa resolução, tal como apareceu na página web oficial da IAU no mesmo dia de sua aprovação³:

IAU Resolution: Definition of a Planet in the Solar System

Contemporary observations are changing our understanding of planetary systems, and it is important that our nomenclature for objects reflect our current understanding. This applies, in particular, to the designation “planets”. The word “planet” originally described “wanderers” that were known only as moving lights in the sky. Recent discoveries lead us to create a new definition, which we can make using currently available scientific information.

RESOLUTION 5A

The IAU therefore resolves that “planets” and other bodies in our Solar System, except satellites, be defined into three distinct categories in the following way:

² Krieger (2000:224-5) resume este percurso como segue: “O profícuo debate vivido pela terminologia situa-se, em síntese, sobre dois pontos de vista distintos: de um lado, encontra-se uma visão estática e normalizadora dos termos, expressão da dimensão conceitual sob a qual a Escola de Viena define seus princípios e métodos; de outro, a ótica linguística que entende o funcionamento das terminologias no contexto de sua naturalidade aos sistemas linguísticos e às formas pragmáticas de sua materialização nos textos especializados”.

³ Antes de finalizar a cerimônia de encerramento do XXVI Congresso Internacional da IAU, foi soltado um release de imprensa (iau0603) na página oficial da IAU informando dos resultados da votação das resoluções, entre elas a Resolução 5A que analisamos. Acessamos o texto completo deste release em 9/11/2006 no endereço URL <http://www.iau2006.org/mirror/www.iau.org/iau0603/index.html> Embora a página da IAU mantenha um arquivo de notícias, onde podem ser acessados os principais releases de imprensa da associação, este texto não está mais disponível. No seu lugar, aparece um link ativo que leva ao texto do release de imprensa iau0602, também lançado na mesma data, embora com antecedência ao início da cerimônia de encerramento e Assembleia Geral da IAU, no qual se informa que os textos das resoluções 5A, 5B, 6A e 6B estão prontos para votação, fornecendo sua versão integral. Voltaremos sobre esta questão mais adiante.

(1) A “planet”¹ is a celestial body that (a) is in orbit around the Sun, (b) has sufficient mass for its self-gravity to overcome rigid body forces so that it assumes a hydrostatic equilibrium (nearly round) shape, and (c) has cleared the neighbourhood around its orbit.

(2) A “dwarf planet” is a celestial body that (a) is in orbit around the Sun, (b) has sufficient mass for its self-gravity to overcome rigid body forces so that it assumes a hydrostatic equilibrium (nearly round) shape², (c) has not cleared the neighbourhood around its orbit, and (d) is not a satellite.

(3) All other objects³ except satellites orbiting the Sun shall be referred to collectively as “Small Solar-System Bodies”.

¹The eight “planets” are: Mercury, Venus, Earth, Mars, Jupiter, Saturn, Uranus, and Neptune.

²An IAU process will be established to assign borderline objects into either dwarf planet and other categories.

³These currently include most of the Solar System asteroids, most Trans-Neptunian Objects (TNOs), comets, and other small bodies.

IAU - INTERNATIONAL ASTRONOMICAL UNION / UAI - UNION ASTRONOMIQUE INTERNATIONALE

<http://www.iau2006.org/mirror/www.iau.org/iau0602/index.html> acessado em 9-11-06⁴

O primeiro aspecto deste texto que chama nossa atenção é o fato de aparecer formalmente dividido em duas partes, sinalizadas por títulos destacados tipograficamente. Esta configuração textual é importante para nossa análise, porque diz a respeito do funcionamento enunciativo das definições terminológicas. Com efeito, embora do ponto de vista da produção de conhecimento novo somente seja pertinente a segunda parte do texto, onde de fato se produz a redefinição terminológica e, portanto, a reconceitualização do termo planeta que afetará o debate e prática científica dos astrônomos, do ponto de vista enunciativo é extremamente relevante o fato de que a IAU, enquanto instituição legitimamente autorizada pela comunidade científica a estabelecer uma normalização do conhecimento produzido na área, tenha divulgado as definições terminológicas instauradas por esta controvertida *Resolução 5A* incluindo a primeira parte do texto. Voltaremos mais adiante sobre esta questão.

É importante destacar que, na nossa análise, consideramos o funcionamento enunciativo da temporalidade e do agenciamento enunciativo para estabelecer essa configuração textual, o que nos leva a analisar os títulos não em termos estruturais ou de organização temática, mas como *indícios* da relação constitutiva do acontecimento enunciativo com o interdiscurso. A produtividade deste gesto analítico se faz evidente quando verificamos que, nas versões da *Resolução 5A* disponíveis atualmente no site, a disposição dos títulos mudou, embora se mantenha a divisão em parágrafos. Com efeito, se por um lado, é possível mostrar a permanência da configuração temporal do texto na sua relação constitutiva com a performatividade dos enunciados, por outro lado, é necessário explicar o deslocamento do segundo título para o início do texto e seus efeitos sobre as operações de particularização da referência, como veremos adiante.

⁴ A tradução ao português desta Resolução se encontra no anexo I.

TÍTULOS, LEGENDAS, ETIQUETAS

No texto do release *iau0603* reproduzido em 24-8-06, observamos que entre ambos os títulos ocorre um processo de reescrituração⁵ que dá unidade ao texto como um todo, ao mesmo tempo em que repete, recorta e expande as designações utilizadas para nomear o objeto da votação realizada pela Assembleia da IAU.

No primeiro título, *IAU Resolution: Definition of a Planet in the Solar System*, a designação particulariza a referência construída para esse texto como sendo uma definição, o que se dá através da reescritura por especificação de “resolução” por “definição”; a pontuação (dois pontos)⁶ permite interpretar dessa maneira a relação entre ambas as palavras: trata-se de uma resolução que define um conceito da área para a prática científica da comunidade dos astrônomos. A determinação produzida pelo complemento preposicional *of a Planet in the Solar System* completa o movimento de particularização da referência recortando a temática da definição: o conceito em questão é o de “planeta no sistema solar”. No entanto, no fragmento que se segue não aparece a definição anunciada, mas uma justificativa da sua necessidade.

A definição, de fato, é apresentada somente na segunda parte do texto, encabeçada pelo segundo título *Resolution 5A*, que reescritura o primeiro, repetindo a designação, elidindo a especificação e acrescentando um termo identificador *5A*, que particulariza uma referência singular através de sua localização numa série. Neste sentido, consideramos este título como uma DCOU-*denominação complexa de objetos únicos*, definida por Bosredon (1999) como uma unidade compacta e fixa denominando um objeto único. Na sua análise de nomes de ruas e estradas o autor descreve a estrutura bissegmental que caracteriza estas denominações, constituída por uma justaposição ordenada de um nome comum de entrada, que funciona como classificador, e um nome próprio com função de identificador, sinalizado pelo uso de maiúsculas. Esta descrição aplica-se bem a nosso caso *Resolução 5A*, que se assemelha ao formato dos nomes das estradas francesas *Autoroute N7*.

Outro aspecto importante do funcionamento deste segundo título é que ele estabelece uma operação de *etiquetagem* (Bosredon, 1997) interna em relação aos enunciados que se seguem, os quais, no seu conjunto, constituem a referência dessa DCOU. No seu estudo sobre títulos de quadros, Bosredon define a operação semântica de etiquetagem como

Double opération puisqu'elle distingue l'objet comme une entité située...et qu' elle designe en même temps la catégorie à laquelle cette entité appartient.[...] Cette opération met donc en présence du lecteur quelque chose et il lui est dit: "Ce qui est mis en votre présence c'est ce qu'on appelle ou ce qu'on peut désigner de la sorte". Mais on peut aussi définir cette double opération en partant du plan linguistique et dire: "Ce qu'on nomme ou désigne de la sorte c'est ce qui se donne à voir, c'est ce qui est vu". Je considérerai par conséquent qu'une étiquette est une désignation par dénominations(s) et que ces objets, ces figurations ou ces simples formes exposés au regard du lecteur/observateur sont autant de référents susceptibles de valider cette relation de désignation/dénomination. (Bosredon, 1997:20)

⁵ Utilizamos a noção de reescritura tal como definida em Guimarães (2007) e revisada e exemplificada no artigo do mesmo autor neste volume.

⁶ Em relação ao funcionamento dos dois pontos nas designações, ver Bosredon (1997) e também Guimarães (2002, 2007 e neste volume), que reinterpreta seu funcionamento em relação aos processos de reescrituração.

Assim, descrevemos o título como uma “etiqueta” que colada ao texto das três definições terminológicas que se seguem, as delimita como seu objeto único e fixo de referência. Desta forma, é somente no fragmento do texto encabeçado pelo segundo título que efetivamente se estabelece (por etiquetagem) a relação entre a denominação (nome próprio) e a referência singular por ela particularizada, a qual abrange unicamente as três definições sem incluir o parágrafo inicial: a *Resolução 5A* é o conjunto destas três definições⁷. Resta, então, compreender o funcionamento da primeira parte do texto; para tanto, precisamos descrever o agenciamento enunciativo e a representação da temporalidade que operam conjuntamente nos enunciados.

O título *IAU Resolution: Definition of a Planet in the Solar System* que encabeça a primeira parte da resolução apresenta um funcionamento enunciativo diferente ao do segundo título que acabamos de analisar, dado que a relação que estabelece com os enunciados que o seguem não é de etiquetagem mas de *legenda*. Para fazer esta distinção, retomamos, ainda, as noções desenvolvidas por Bosredon (1997) na sua análise de títulos de quadros. Em seu trabalho, o autor diferencia duas funções para esses títulos: a de etiquetagem, que vimos acima, e a de legenda, que poderia ser descrita como resposta à pergunta: *o que representa esse quadro?* Desta maneira, a legenda funciona como *comentário, explicação ou descrição* do objeto pictórico ao qual aparece afixada e que é sua condição de existência. Embora o autor descreva a função de legenda a partir da relação estabelecida entre uma sequência linguística e uma imagem por ela comentada⁸, acreditamos ser possível aplicar essa descrição ao caso dos títulos que acompanham e/ou introduzem fragmentos de texto, dado que eles estabelecem com o texto que introduzem a mesma relação de dependência semântica, a saber: eles só podem designar, comentar ou explicar o objeto (texto) ao qual aparecem afixados, porém, sem se constituir no nome dele, como no caso da relação de etiquetagem. Resumindo o exposto a partir das perguntas explicativas propostas por Bosredon (1999), podemos dizer que o primeiro título da resolução funciona como legenda (o que representa este texto?) e o segundo título funciona como etiqueta (o que é este texto? qual é o nome deste texto?).

PERFORMATIVIDADE E A GESTÃO DO CONHECIMENTO

Apesar da expectativa de leitura aberta pelo título que anuncia uma resolução que instaura uma definição, comprovamos que os enunciados que se seguem não desenvolvem a redefinição terminológica anunciada, nem realizam a força ilocucionária de *resolver*. Ao contrário, trata-se de um conjunto de enunciados encadeados à maneira de uma micro-narrativa pelas marcações temporais nele presentes, que os ancoram fortemente no acontecimento da enunciação.

⁷ Como veremos adiante, a relação de etiquetagem muda nas versões atualmente disponíveis na página da IAU, produzindo, portanto, efeitos referenciais em relação à DCOU.

⁸ Bosredon (1997) propõe a seguinte definição da função de legenda dos títulos de quadros: “On appellera légende toute séquence qui livre une interprétation linguistique à l’illustration sous laquelle elle se trouve placée”, p.94.

Assim, os enunciados aparecem, na sua maioria, no tempo verbal presente com valor deíctico e incluem advérbios e adjetivos que remetem a um recorte temporal crônico⁹ que inclui necessariamente o acontecimento da enunciação:

Contemporary observations are changing our understanding of planetary systems, and it is important that our nomenclature for objects reflect our **current** understanding. This applies, in particular, to the designation “planets”. The word “planet” originally described “wanderers” that were known only as moving lights in the sky. **Recent** discoveries lead us to create a new definition, which we can make using **currently** available scientific information¹⁰.

Por outro lado, os verbos que aparecem em tempo passado representam um evento situado, também, de forma deíctica por referência ao acontecimento enunciativo, organizando-se, desta maneira, em uma sequência temporal; neste sentido, conforme Fiorin (1996), este recorte textual se caracteriza por mobilizar os *tempos verbais enunciativos*¹¹. Podemos conferir este funcionamento na passagem do enunciado em passado que relata a primeira denominação adotada para designar os planetas: de *originally described “wanderers” that were known* para a compreensão atual do problema *recent discoveries...currently available scientific information*.

Este comportamento das marcas temporais nos enunciados ocorre junto com uma configuração específica do agenciamento enunciativo: o locutor é marcado pelo pronome de 1ª. ps plural que, se considerarmos as condições de produção do acontecimento enunciativo, remete a figura de um locutor-x¹² identificado como a comunidade dos astrônomos: *changing our understanding, our nomenclature, our current understanding, lead us, we can make*. Este locutor-x enuncia a partir da perspectiva de um *enunciador coletivo* cujo olhar orienta argumentativamente o enunciado no sentido da necessidade imperiosa e urgente de redefinir o conceito de planeta e outros a ele associados.

Como já mencionado, esta representação dos lugares de enunciação e lugares de dizer é diferente daquela presente na segunda parte do texto. Com efeito, nas definições terminológicas, os enunciados não se organizam temporalmente em micro-narrativas; ao contrário, eles estão marcados pelo uso do tempo presente com valor gnômico (Fiorin, 1996)¹³. Trata-se de um presente verbal que designa um tempo crônico omnitemporal, cujo momento de referência é ilimitado e, portanto, também o é o momento do acontecimento;

⁹ Benveniste (1974:71) distingue o tempo físico, o tempo crônico e o tempo linguístico. O tempo crônico é “o tempo dos acontecimentos, que engloba também nossa própria vida enquanto sequência de acontecimentos[...] é a continuidade em que se dispõem em série estes blocos distintos que são os acontecimentos. Porque os acontecimentos não são o tempo, eles estão no tempo”.

¹⁰ Salvo observação em contrário, todos os destaques em negrito nas sequências citadas são meus.

¹¹ Conforme Fiorin (1996: 145) “existem na língua dois sistemas temporais: um relacionado diretamente ao momento da enunciação e outro ordenado em função de momentos de referência instalados no enunciado. Assim, temos um sistema enunciativo no primeiro caso e um enuncivo no segundo”.

¹² Guimarães (2002:23) distingue o Locutor, que é o lugar de enunciação que “se representa no próprio dizer como fonte deste dizer”, do locutor-x, que ele define como o lugar social do locutor, “onde o locutor (com minúsculas) vem sempre predicado por um lugar social que a variável x representa (presidente, governador,etc) (op.cit:24).

¹³ Cf. também a descrição do funcionamento enunciativo do presente histórico proposta por Benveniste (1966).

segundo Fiorin (op.cit.), trata-se do presente utilizado para enunciar verdades eternas ou que se pretendem como tais, sendo, por isso, a forma mais utilizada pela ciência, pela religião e pela sabedoria popular (máximas e provérbios). Por sua vez, observamos que o agenciamento enunciativo mobiliza, nos enunciados das definições terminológicas, um *locutor impessoal* marcado pelo pronome de 3ª. ps sg., que pode ser identificado como um locutor-x equivalente à IAU, tomada enquanto instituição e não como coletivo de profissionais da área. É este locutor-*the IAU*, assimilado à perspectiva de um *enunciador universal* (equivalente à perspectiva da ciência) que se representa como responsável pelas novas definições propostas na resolução.

É importante apontar para o fato de que essas definições terminológicas são introduzidas por um enunciado performativo *The IAU therefore resolves*. O conector conclusivo *therefore* estabelece uma relação de continuidade argumentativa em relação ao parágrafo anterior, que é, assim, significado como condição para a felicidade do performativo: a IAU resolve porque há descobertas científicas recentes que levam (criam a necessidade e fornecem a evidência empírica) a uma nova definição. Assim, descobrimos o funcionamento enunciativo da primeira parte do texto: trata-se de fundamentar a legitimidade do locutor-IAU para propor uma nova definição que altere definitivamente a configuração dos conhecimentos já estabilizados desse campo de conhecimento. Desta maneira, podemos concluir que as marcas temporais deícticas (a ancoragem no acontecimento da enunciação) e o agenciamento enunciativo coletivo (a representação de um locutor-*nós astrônomos*) estão na base do valor normativo das definições terminológicas que integram o texto da *Resolução 5A*. Dito de outra maneira, é pela evocação (nessa primeira parte do texto) do litígio que constitui o lugar de enunciação do locutor-x, identificado com o *nós* da comunidade dos astrônomos e representado pelas suas polêmicas internas, seus debates teóricos, suas descobertas e seus consensos construídos, que o texto da *Resolução 5A* introduz, na sua segunda parte, a perspectiva do *enunciador universal da ciência*, assimilado por um locutor impessoal que, afetado pela performatividade do primeiro enunciado, projeta sobre os enunciados definidores a força ilocucionária impositiva (modalização deôntica) própria da perspectiva jurídico-administrativa da normalização terminológica¹⁴.

TEMPO LINGÜÍSTICO E DESIGNAÇÃO: DAR NOMES ‘ETERNOS ENQUANTO DUREM’

Como já vimos, entre a primeira e a segunda parte do texto submetido à votação, ocorre uma mudança no uso do tempo verbal.

A partir do segundo título *Resolução 5A*, os enunciados apresentam os verbos flexionados predominantemente no presente (*is, has, assumes, are, include*), todos com valor de presente histórico (Benveniste, 1966) ou gnômico (Fiorin, 1996), salvo o verbo do

¹⁴ Em trabalhos anteriores analisei o funcionamento da temporalidade na escrita de resoluções, descrevendo seus impactos na produção de efeitos de sentido de legitimação do lugar do locutor em relação à performatividade dos enunciados e de particularização da referência dos conceitos definidos; cf. Zoppi Fontana, 2002 e 2005.

primeiro enunciado performativo (*resolves*), que analisamos acima. Somente em dois enunciados aparecem formas de passado (*has cleared, has not cleared*), e em outros dois, formas de futuro com valor deôntico (*shall be referred, will be established*). Esta diferenciação dos tempos verbais em formas de presente, passado e futuro não configura, no entanto, uma sequência temporal que organize os enunciados em uma narrativa, como acontece na primeira parte do texto.

Os itens 1) e 2) da resolução funcionam como *enunciados definidores* nos quais a predicação especifica as propriedades características da classe de objetos celestes que corresponde ao termo definido, permitindo assim particularizar uma referência e, portanto, identificar um conjunto específico de objetos. A nota 1 da resolução reforça esta interpretação do sentido destes enunciados, ao explicitar (por extensão) a referência do termo “planeta” como um conjunto fechado composto por oito objetos definidos e singulares, identificados pelos seus nomes próprios *The eight “planets” are: Mercury, Venus, Earth, Mars, Jupiter, Saturn, Uranus, and Neptune*. No caso da segunda definição, o termo “*dwarf planets*” (planetas anões) aparece, também, definido pelas propriedades características da classe de objetos que designa; no entanto, o enunciado da nota 2, que desenvolve um comentário sobre uma dessas propriedades definidoras (a forma), por efeito do tempo futuro em que aparece flexionado o verbo, particulariza a referência como um conjunto definido porém aberto de objetos: *An IAU process will be established to assign borderline objects into either dwarf planet and other categories*. A temporalidade futura assim representada no enunciado da nota não só produz efeito sobre a construção da referência para o termo definido, mas, também, estabelece uma *articulação por coordenação*¹⁵ com o enunciado performativo inicial, na medida em que *anuncia* na forma passiva uma nova ação da IAU. Neste sentido, a nota ganha o valor de um enunciado performativo implícito que poderia ser parafraseado como “**A IAU estabelecerá** um processo para atribuir os objetos fronteiros à categoria de planetas anões ou a outras categorias” e desta maneira retoma, se sustentando nela, a performatividade explícita do primeiro enunciado “**A IAU resolve que**”.

Por sua vez, os verbos em *present perfect tense*, embora delimitem uma ação anterior ao acontecimento enunciativo da definição, referido pelos verbos em presente histórico, e se integrem em enunciados narrativos como *has cleared the neighbourhood around its orbit* no item 1 e *has not cleared the neighbourhood around its orbit* no item 2, não chegam a configurar como narrativa o conjunto de enunciados definidores dos termos científicos em debate. Ao contrário, justamente pelo fato de participar dessa operação de definição, estes enunciados narrativos deslocam seu sentido para referir a uma propriedade (dinâmica, na terminologia específica do campo da astronomia) dos objetos que estão sendo definidos, em lugar de relatar um evento que encadeado temporalmente a outros constitua uma pequena história. Assim, observamos que o funcionamento do tempo lingüístico nos enunciados, os significa predominantemente em relação à representação de uma *temporalidade indeterminada e omnitemporal*, característica dos enunciados teóricos que estabelecem os conceitos cruciais de um campo científico.

¹⁵ Cf. Guimarães (2009), neste volume.

Ao contrário do já visto para as duas definições precedentes, no item 3) da resolução, o verbo no futuro *all other objects...shall be referred to collectively as....* se relaciona (por operações de reescrituração) com o único verbo em tempo presente com valor deíctico (*resolves*) dessa segunda parte do texto, que corresponde ao enunciado performativo: ***The IAU therefore resolves that “planets” and other bodies in our Solar System, except satellites, be defined into three distinct categories in the following way.*** Comparado com os outros dois itens da resolução, o enunciado do item 3) apresenta uma forma e um sentido diferenciados. Não encontramos nele o funcionamento enunciativo da definição, o que pode claramente ser observado na sua estrutura, que não enumera propriedades que definiriam esta terceira classe de objetos celestes; ao contrário, as propriedades características ficam implícitas, o que produz como efeito a indeterminação da referência que é particularizada por *default*, isto é, como categoria não marcada em relação às outras duas categorias que integram o sistema classificatório. Assim, o conjunto de objetos designado por esta categoria incluiria todos os corpos celestes que não são nem planetas nem planetas anões. Por outro lado, o verbo *dicendi* na voz passiva e em tempo futuro com valor deôntico (*shall be referred*) conjuntamente com o funcionamento autonímico (Authier-Révuz, 1998) da denominação entre aspas “*Small Solar-System Bodies*” leva a interpretar este enunciado como uma operação de designação (atribuição de um nome classificador) a objetos de referência que intervêm na enunciação por efeito de pré-construído (Pêcheux, 1975), isto é, já particularizados na sua existência por enunciações anteriores, exteriores e independentes ao acontecimento enunciativo que analisamos. Desta maneira, a designação *All other objects except satellites orbiting the Sun*, assim como as designações presentes na nota 3 que comenta este enunciado, a saber: *most of the Solar System asteroids, most Trans-Neptunian Objects (TNOs), comets, and other small bodies*, não são apresentadas como termos a serem definidos e, portanto, como entrada lexical para um processo de particularização/construção do sentido e das referências. Ao contrário, por efeito de pré-construído, elas significam esses objetos como referências já constituídas, estabilizadas e reconhecidas consensualmente a partir de seu funcionamento em acontecimentos de enunciação anteriores. Fica claro, então, se colocarmos em relação o item 3 e a nota 3 do texto da resolução, que a operação realizada é a de atribuir (*shall be referred as*) um novo nome (“*Small Solar-System Bodies*”) a um conjunto de objetos pré-existent, cuja extensão fica em aberto e indefinida *and other small bodies*: uma operação de renomeação, portanto, que não comporta uma definição conceitual. Com efeito, é a partir da força ilocucionária do primeiro enunciado *The IAU therefore resolves that* que a operação de atribuir uma nova denominação é apresentada com o valor de uma modalização deôntica sustentada na marcação de uma temporalidade que se projeta no futuro: *shall be referred* equivalente a “deverão ser referidos”.

A partir das análises realizadas, acreditamos ter demonstrado como as definições terminológicas fixam seu sentido no acontecimento da enunciação a partir do funcionamento conjunto do agenciamento enunciativo, da marcação temporal, da modalização e das relações estabelecidas entre os enunciados definidores e o texto no qual aparecem inseridos. Gostaríamos de insistir, agora, sobre o processo de representação da figura do locutor-*x nós astrônomos*, a partir da representação do seu alocutário e sobre os

efeitos que essa cena enunciativa¹⁶ produz sobre a materialidade das definições propostas.

AGENCIAMENTO ENUNCIATIVO: O LOCUTOR-CIENTISTA COMO COMUNICADOR

A constante revisão e discussão do conhecimento adquirido e a proposição de redefinições conceituais faz parte do cotidiano da prática científica e, principalmente, dos objetivos de eventos científicos internacionais, o que nos leva a questionar a especial configuração textual e enunciativa da *Resolução 5A*, que foge ao formato padrão das restantes resoluções aprovadas pela Assembleia Geral da IAU nesse mesmo dia. Assim, considerando que para nós as definições terminológicas constituem seu sentido no acontecimento de sua enunciação e, portanto, na relação com o texto dentro do qual são produzidas e com outros textos com os quais se relacionam, dirigimos nosso olhar ao conjunto das 6 resoluções que foram debatidas e aprovadas em 24 de agosto de 2006. As primeiras 3 resoluções¹⁷ seguem todas um formato padronizado, que consiste em dividir o texto em diversas seções, como mostramos a seguir, usando a *Resolução 1* como exemplo representativo:

1-identificação da resolução através de uma denominação (DCOU) com função de etiquetagem (*Resolução 1*),

2-título ou tema da resolução através de um sintagma nominal descritivo com função de legenda (*Adoption of the Po3 Precession Theory and Definition of the Ecliptic*)¹⁸

3-identificação do locutor-x que suporta a performatividade dos enunciados definidores através de um sintagma nominal definido com função de nome próprio que ocupa a posição sintática de sujeito frasal (*The XXVIth International Astronomical Union General Assembly*),

4-duas seções de considerações prévias introduzidas respectivamente pelos verbos em gerúndio *noting* e *recognizing*, nas quais se apresentam, de forma sumária e em linguagem marcadamente técnica, os antecedentes que motivam a presente resolução:

¹⁶ Guimarães (2002:23) afirma que na cena enunciativa “aquele que fala” e “aquele para quem se fala” são uma configuração específica do agenciamento enunciativo e, portanto, ela se caracteriza por constituir modos específicos de acesso à palavra dadas as relações entre figuras da enunciação e formas linguísticas.

¹⁷ O texto na íntegra de todas as resoluções aprovadas na XXVIth Assembleia Geral da IAU está disponível na página oficial da IAU, no endereço http://www.iau.org/administration/resolutions/general_assemblies/

¹⁸ O texto da Resolução 5A atualmente disponível na página oficial da IAU apresenta esta mesma configuração inicial, referente a sua denominação (nome próprio com função de etiquetagem) e sua explicação (designação comentário com função de legenda). Neste sentido, como já anunciamos no início deste artigo, a distribuição dos títulos no corpo do texto mudou em relação ao release de imprensa iau0603 que analisamos (agora aparecem juntos no começo em ordem inversa, a saber, etiquetagem-legenda), embora não tenha mudado a separação em parágrafos e, principalmente, a configuração enunciativa do texto (ver anexo III).

4.1-na seção *noting* são mencionadas resoluções anteriores da mesma instituição (*that resolution B1.6 of the XXIVth General Assembly also encourages the development of new expressions...*)

4.2-na seção *recognizing* são apresentadas evidências empíricas (*that the gravitational attraction of the planets make a significant contribution to the motion of the Earth's equator...*) ou terminológicas (*the need for a definition of the ecliptic for both astronomical and civil purposes*)

5-uma última seção introduzida pelo verbo performativo *recommends*, na qual são desenvolvidas as novas definições ou propostas de mudança de nomenclatura (*that the terms lunisolar precession and planetary precession be replaced by precession of the equator and precession of the ecliptic, respectevily*); os enunciados desta seção se caracterizam por seu registro especializado e técnico (*that the ecliptic pole should be explicitly defined by the mean orbital angular momentum vector of the Earth-Moon barycenter in the Barycentric Celestial Reference System-BCRS*), incluindo em alguns casos fórmulas matemáticas (como na *Resolução 3*).

6-em alguns casos encontramos no texto notas de rodapé (como nas Resoluções 1, 3, 5 e 6) e referências bibliográficas (como na *Resolução 1*).

Se compararmos este formato padrão com o da *Resolução 5A* que já analisamos, percebemos que a cena enunciativa configurada pelos enunciados é diferente. Em primeiro lugar, o agenciamento enunciativo se dá através de um único locutor-x, representado como origem da performatividade dos enunciados definidores e que coincide com o lugar institucional da *International Astronomical Union*; este locutor-x assimila o ponto de vista de um enunciador universal (a perspectiva da ciência), a partir do qual se organiza a marcação temporal dos enunciados (todos em presente com valor gnômico ou em futuro com valor deôntico), que adquirem, desta maneira, o estatuto de enunciados teóricos.

Pelos estatutos da IAU, disponíveis para consulta na sua página oficial, esta instituição tem legitimidade reconhecida pela comunidade astronômica para propor e estabelecer, uma vez aprovadas em assembleia, novas definições e nomenclaturas que orientem a prática científica da área. O formato padrão das resoluções aprovadas pela IAU encontra nesta legitimação institucional prévia o fundamento da performatividade normativa dos seus enunciados definidores e o esteio da cena enunciativa que fixa o lugar de enunciação na figura de um locutor-x identificado com a instituição (IAU) e assimilado ao ponto de vista universal da ciência.

Voltando nosso olhar sobre o primeiro parágrafo da *Resolução 5A*, percebemos uma configuração completamente diferente, dado que nele encontramos desenhada a cena enunciativa estereotípica da prática científica: os cientistas (*astrônomos*) reunidos em uma comunidade (*nós*) realizam práticas de observação (*descobertas*) que levam a discutir o conhecimento já adquirido (*a palavra 'planeta' originalmente descrevia 'perambulantes'*) e a modificá-lo (*criar uma nova definição*) a partir da evidência empírica disponível (*informação científica atual*). Assim, a cena enunciativa constrói a figura do locutor-x como o conjunto de astrônomos comprometidos com os postulados básicos da prática científica, que lhe são atribuídos via predicação: observar, registrar, classificar, verificar, debater, definir, atualizar e modificar. É importante frisar que esse locutor-x é representado como um

nós heterogêneo, atravessado pelas controvérsias e litígios suscitados pela prática científica e, neste sentido, se diferencia do locutor-x institucional, a IAU, que enuncia as definições terminológicas a partir da perspectiva abstrata e universalizante da teoria já unificada pelo consenso duramente construído no processo de votação.

Assim, este parágrafo inicial se assemelha no seu funcionamento enunciativo do discurso da divulgação científica, no que se refere especificamente às *descobertas*¹⁹. No seu trabalho sobre o discurso da descoberta científica, Nunes (2001) explora uma matéria jornalística de divulgação científica com o título *Procuram-se Terras*, publicada na revista *Época* em 1998, cuja temática é, coincidentemente, a descoberta de novos planetas. Nas suas análises, o autor objetiva “observar como estes acontecimentos produzem sentidos, como eles são atualizados em redes de memória: inseridos, disseminados, absorvidos...” (op.cit: 31). Ele descreve, para isso, o esquema *X descobre Y*, “analisando as posições dos sujeitos e dos objetos das descobertas no decorrer das temporalidades indicadas” (idem:36). Nessa sua descrição ganham especial destaque as marcações temporais presentes na matéria, as quais lhe permitem propor a divisão do texto jornalístico em quatro blocos:

As marcações temporais são numerosas e traçam um percurso cronológico com idas e vindas no eixo temporal, ao qual corresponde uma variação das imagens da descoberta [...] No primeiro bloco, a palavra *descoberta* ocorre acompanhada do verbo *anunciar*. Trata-se de um tempo presente, atual, em que se tem o “anúncio” das descobertas de novos planetas. O segundo bloco [...] diz respeito a um tempo passado [...] constitui-se uma narrativa que traça um percurso entre um período pré-científico e um período em que são dados os primeiros passos da ciência. No terceiro bloco [...] a descoberta está relacionada com a “visão” e a “identificação” dos objetos. Não se trata somente de um anúncio ou de uma crença, mas de atividades de descoberta atestadas pelo visível e consideradas verdadeiras [...] O quarto bloco entra em um tempo futuro [...] com as “previsões” dos astrônomos. (Nunes, 2001:35)

É notável comprovar a semelhança de funcionamento entre a matéria de divulgação científica analisada por Nunes e o primeiro parágrafo da *Resolução 5A* da IAU. Porém, esta semelhança nos leva a colocar uma questão relevante que considera a diferença nas condições de produção e circulação de ambos os textos. No caso da matéria analisada por Nunes, trata-se de uma revista de atualidades com finalidade informativa, de ampla circulação nacional e dirigida ao público em geral; no caso da resolução que analisamos, trata-se de um texto de circulação originalmente limitada, destinado à comunidade científica e com finalidade normalizadora.

¹⁹ A descoberta científica tem se revelado um objeto privilegiado de pesquisa para o campo da história da ciência e da epistemologia, dado que levanta aspectos importantes da prática de produção de conhecimento científico, em especial a relevante questão da formulação de conhecimento novo na sua relação com o sujeito de conhecimento (a invenção e criatividade do cientista), com o desenvolvimento da tecnologia e seus impactos no método (novas possibilidades de observação e experimentação), com o conhecimento prévio (controvérsias científicas, avanços de um mesmo modelo, verificação de enunciados teóricos pré-existentes) e finalmente com a própria teoria (mudanças ou acréscimos terminológicos, (re)definição conceitual, (re)organização de sistemas conceituais (cf. Machado, 2009). Embora instigantes, essas questões não serão tratadas aqui, dado que nossa abordagem se enquadra no campo dos estudos da significação, especificamente nos estudos enunciativos, o que nos leva a considerar outros aspectos do problema.

Nas nossas análises já demonstramos que a marcação temporal dos enunciados da *Resolução 5A* está constitutivamente ligada ao agenciamento enunciativo, o que nos levou a descrever a representação de um locutor-x identificado com a comunidade dos astrônomos, constituídos como um *nós coletivo heterogêneo e dividido*. A partir das semelhanças com o funcionamento enunciativo do discurso da divulgação científica, levantamos a questão da construção da figura do alocutário que corresponde a essa configuração do lugar do locutor-x; em outras palavras: a quem se destina a *Resolução 5A*?

Se no caso das outras resoluções, aprovadas em 24 de agosto de 2006, a resposta a esta pergunta é clara e imediata: *destinam-se à comunidade científica dos astrônomos representada pela IAU*, no caso da *Resolução 5A* esta resposta não é evidente. Se considerarmos a segunda parte da resolução, aquela em que são introduzidas as novas definições terminológicas, podemos responder que o alocutário-x configurado por estes enunciados é, como no caso das outras resoluções, a própria comunidade científica dos astrônomos. No entanto, chama atenção a relativa simplicidade das definições, que não desenvolvem complexas formulações técnicas e apresentam, inclusive, explicações aproximativas entre parênteses: *a hydrostatic equilibrium (nearly round) shape*²⁰. Estas características dos enunciados definidores somam-se ao funcionamento do primeiro parágrafo da resolução, cuja configuração enunciativa já analisamos. Por que incluir essa representação da cena enunciativa em um texto científico de redefinição terminológica?²¹ Um indício que nos aproxima da resposta a esta questão encontramos na *Resolução 4* aprovada nesse mesmo dia imediatamente antes da votação da *Resolução 5A* que nos ocupa. Esta resolução discutia o endosso da IAU à Carta de Washington, na qual se estabelecem diretrizes para a divulgação ao público em geral dos resultados da pesquisa científica:

The Washington Charter for communicating Astronomy with the Public

As our world grows ever more complex and the pace of scientific discovery and technological change quickens, the *global community of professional astronomers* needs to communicate more effectively with the public[...] Sharing what *we* learn about the universe is an investment in *our* fellow citizens, *our* institutions, and *our* future. Individuals and organizations that conduct astronomical research-especially those receiving public funding for this research-have a responsibility to communicate their results and efforts with the public for the benefit of all.

(em http://www.iau.org/administration/resolutions/general_assemblies/)

Observamos neste texto, submetido a endosso da IAU enquanto associação científica, a representação de um locutor-x identificado ao *nós* da comunidade dos astrônomos profissionais e assimilado à perspectiva enunciativa de um *enunciador coletivo heterogêneo*.

²⁰ Os processos de reformulação interna (Orlandi, 2001; Authier-Rèvuz, 1998) de termos científicos por outros não técnicos e de fácil compreensão para o público leigo são uma das características definidoras do discurso de divulgação científica. No caso que analisamos, observamos este funcionamento: uma forma tal que este [corpo rígido] esteja em equilíbrio hidrostático (aproximadamente esférico), conforme a tradução presente no artigo de Eder Martioli, na revista *ComCiência*, n.90.

²¹ Lembramos que o deslocamento da denominação com função de etiquetagem (Resolution 5A) para o início do texto leva a incluir na referência desta DCOU o parágrafo inicial de configuração narrativa e justificadora, o que dá uma unidade maior ao texto globalmente, que passa em seu conjunto a constituir o objeto teórico único designado pela DCOU.

neo. Reconhecemos, assim, neste texto, a configuração de uma cena enunciativa semelhante à analisada na *Resolução 5A*, dado que a figura do locutor-*nós astrônomos* é, aqui também, delineada a partir de predicados que designam as recentes descobertas científicas e os avanços tecnológicos. Porém, diferentemente da *Resolução 5A*, a *Resolução 4* designa explicitamente a figura do alocutário-x a quem se dirige o locutor-*nós astrônomos* e em relação ao qual devem envidar-se os esforços para atingir uma comunicação mais eficaz: trata-se do *público*. Desta maneira, considerando as semelhanças entre as cenas enunciativas que configuram os enunciados de ambas as resoluções, podemos concluir que é, também, esta figura do alocutário-x identificado com o *público em geral* que aparece representada de forma implícita no primeiro parágrafo da *Resolução 5A*.

Resumindo o exposto, podemos descrever o texto global da *Resolução 5A* como integrado por duas cenas enunciativas complementares entre si, que levam ao desdobramento do agenciamento enunciativo. Por um lado, encontramos uma cena enunciativa que recupera o espaço litigioso da prática científica, na qual a perspectiva de enunciadores coletivos heterogêneos e divididos pelas controvérsias e debates teóricos²² é assimilada por um locutor identificado à comunidade dos astrônomos representada como conjunto de indivíduos distintos. A este locutor-x corresponde um alocutário-x identificado com o público leigo, isto é, com a sociedade, em relação ao qual o locutor-*nós astrônomos* suporta predicacões modalizadas deonticamente: *needs to communicate more effectively*, ou axiologicamente, *it is important that our nomenclature for objects reflect our current understanding*. Por outro lado, uma cena enunciativa na qual impera a perspectiva omnitemporal e universal da ciência, assimilada a um locutor-x identificado com o lugar abstrato da Instituição (IAU), predicado pela normatividade jurídico-administrativa presente em enunciados performativos juncivos *resolves that, all other objects shall be referred as*. A este locutor-institucional corresponde um alocutário-x identificado com a comunidade científica e, indiretamente, com aqueles que colocam os enunciados científicos em circulação (educadores e divulgadores). Nesta cena enunciativa, os lugares de enunciação (locutores) e os lugares de dizer (enunciadores) operam conjuntamente no apagamento do disenso, projetando sobre os enunciados teóricos (no caso, as definições terminológicas) o valor de verdades consensuais estabilizadas. Desta maneira, a análise do desdobramento que constitui o agenciamento enunciativo nas duas cenas enunciativas que configuram o texto da resolução permite descrever o efeito de estabilização referencial e de normalização terminológica produzido pelos enunciados definidores.

²² Na seção dedicada à divulgação científica da página oficial da IAU encontramos uma matéria que desenvolve o tema da nova definição de “planeta do sistema solar”, na qual esta configuração heterogênea e dividida do locutor-x *nós astrônomos* é explicitada: “The first draft proposal for the definition of a planet was debated vigorously by astronomers at the 2006 IAU General Assembly in Prague and a new version slowly took shape. This new version was more acceptable to the majority and was put to the members of the IAU for a vote at the Closing Ceremony on the 24 August 2006” (In: “Pluto and the Developing Landscape of Our Solar System”, http://www.iau.org/public_press/themes/pluto/).

NOMES PRÓPRIOS, LITÍGIO ENUNCIATIVO E TEMPORALIDADE DO ACONTECIMENTO

Antes de encerrar nossa discussão, gostaríamos de apontar para um fato empiricamente curioso, porém extremamente relevante do ponto de vista teórico. Trata-se das diferentes denominações (DCOU) atribuídas à *Resolução 5A*. Efetivamente, se percorrermos a página web oficial da IAU encontramos pelo menos três nomes diferentes para esta resolução, alocados em lugares distintos do site.

A denominação *Resolução 5A* aparece na seção *NEWS* da página, especificamente nos releases de imprensa *iau0602* e *iau0603* (este último não mais disponível).

Na seção *Resolutions During General Assemblies*, onde aparecem listadas e disponíveis para download em texto integral, todas as resoluções aprovadas pela IAU nas suas assembleias gerais desde 1922 até 2006 (ano da última assembleia), encontramos duas denominações diferentes para a resolução que redefine o conceito de “planeta”. No link que permite baixar em formato escaneado o conjunto de textos das seis resoluções aprovadas em 24 de agosto de 2006, a denominação utilizada é *Resolution 5*, em conformidade com o formato dos nomes das outras resoluções, todas elas referidas simplesmente por um número. No link que dá acesso unicamente a esta resolução, acrescida da seguinte, a denominação que aparece é *Resolution B5*, em conformidade com os nomes utilizados para resoluções aprovadas que aparecem linkadas individualmente.

Portanto, temos três nomes próprios atribuídos a esta resolução: *Resolução 5*, *Resolução 5A*, *Resolução B5*, e todos eles acompanham em co-presença o texto integral da mesma, ao qual se ligam, como já vimos, pela operação semântica de etiquetagem. Outro aspecto importante a ser notado é que o título com função de legenda *Definition of a Planet in the Solar System* acompanha em todos os casos as diferentes denominações. Estas três denominações co-existem no espaço da página web oficial da IAU, dispersas espacialmente em diferentes links do hipertexto, porém temporalmente unidas na simultaneidade da navegação virtual. Como interpretar estas diferenças?

Em primeiro lugar observamos que na estrutura bissegmental destas denominações, o nome classificador *resolução* permanece idêntico e só varia o segundo elemento, o identificador, que se caracteriza por designar uma posição única em uma série. Por sua vez, este identificador também é composto, apresentando um elemento fixo 5 e variando no elemento que o determina *B5*, *5A*, sendo o caso não marcado aquele em que se verifica a ausência de qualquer determinação (tanto à esquerda quanto à direita do elemento fixo).

Considerando esta estrutura formal das denominações, procuramos, então, achar as séries em relação às quais estes elementos identificadores se organizam. O elemento fixo 5 é individualizado na série que designa em ordem de votação as resoluções aprovadas na Assembleia Geral da IAU em 24 de agosto de 2006, em número total de seis. Assim, a denominação não marcada *Resolution 5* encontra-se alocada no link que fornece em um único arquivo o conjunto de textos integrais das seis resoluções aprovadas nessa data. Este conjunto de denominações caracteriza-se por apresentar-se globalmente como catálogo ou índice, isto é, no formato de uma lista ou enumeração que apresenta cada um dos elementos que a compõe como sendo equivalentes. Como já vimos, os textos das resoluções aprovadas naquele dia recortam cenas enunciativas distintas, especificamente nas

resoluções 4 e 5, onde os enunciados mobilizam um *locutor-nós astrônomos* fundamento da polêmica e debate científico. No entanto, o modo de nomear que organiza esta série de denominações não marcadas caracteriza-se por mobilizar um locutor impessoal identificado com o *enunciador universal* e omnitemporal da ciência, a partir do qual as resoluções aprovadas passam a fazer parte do corpo de conhecimento teórico consensual da área, apagando, portanto, o litígio que deu origem às definições terminológicas e produzindo, desta maneira o efeito de homogeneização próprio da enumeração.

A denominação com determinação à esquerda *Resolution B5*, aparece no link que dá acesso em separado unicamente ao texto integral desta resolução imediatamente seguido pelo texto da *Resolution B6*. Todos os links que dão acesso individual e por separado aos textos das resoluções aprovadas nessa data utilizam este formato de denominação, porém acrescido de uma nova determinação à esquerda que identifica a assembleia geral da sua aprovação, a saber: *IAU 2006 Resolution 3*; *IAU 2006 Resolution 4*, etc. Como interpretar estas determinações? Nas instruções apresentadas na página da IAU para a submissão de propostas de resolução a serem debatidas nas assembleias gerais, informa-se que existem dois tipos de resolução: 1- resoluções de tipo A com impacto para o orçamento da associação; 2- resoluções de tipo B, sem impacto orçamentário. Desta maneira, a denominação *Resolution B5* inscreve-se na série das resoluções sem impacto orçamentário e o modo de nomear que a configura mobiliza um locutor impessoal identificado com um *enunciador genérico* definido pelo funcionamento do discurso da gestão administrativa institucional; como efeito, projetam-se sobre as denominações os sentidos de indexação próprios ao fazer técnico-administrativo. É interessante observar que, pese a este efeito de indexação, a *Resolução B5* e a *Resolução B6* se diferenciam, ainda, das restantes por serem as únicas a apresentar o logotipo da IAU como cabeçalho do texto integral, o que nos permite interpretar que elas configuram um destinatário externo ao funcionamento científico-administrativo da instituição, o *alocutário-público em geral* que já descrevemos, interessado em acessar unicamente o texto das resoluções que mudaram radicalmente o conhecimento até aquele momento aceito e estabilizado sobre a configuração do sistema solar. Assim, percebemos como o agenciamento enunciativo é constitutivo dos modos de nomear, quando considerados em relação ao texto e ao acontecimento enunciativo, sendo, portanto, seu funcionamento crucial para a descrição dos sentidos dos nomes próprios.

Sem dúvida, dos três modos de nomear, a denominação com determinação à direita *Resolution 5A* é a mais instigante. Seu funcionamento somente pode ser compreendido quando referido ao texto do release de imprensa *iau0602*, único texto na página da IAU onde está denominação ainda aparece. Com efeito, a determinação à direita se organiza numa pequena série que opõe, por um lado, as propostas da *Resolution 5A* e da *Resolution 5B*, e, por outro lado, as propostas da *Resolution 6A* e da *Resolution 6B*, todas as quais foram submetidas à votação na Assembleia Geral da IAU acontecida em Praga. Assim, estes nomes recortam o memorável do acontecimento enunciativo da votação, designando propostas não coincidentes sobre um mesmo tema e materializando pelo funcionamento da determinação à direita o litígio que está na origem das denominações. Com efeito, o texto das resoluções 5B e 6B apresenta adendos às resoluções 5A e 6A que teriam consequências, se aprovadas, na nomenclatura a ser adotada. As resoluções 5B e 6B foram voto vencido e,

portanto, não foram incluídas nas séries (analisadas acima) que organizam as definições terminológicas estabelecidas pela IAU, sendo, assim, apagadas.

RESOLUTION 5B

Insert the word “classical” before the word “planet” in Resolution 5A, Section (1), and footnote 1. Thus reading:

(1) A classical “planet”¹ is a celestial body...

¹The eight classical planets are: ...

RESOLUTION 6B

The following sentence is added to Resolution 6A:

This category is to be called “plutonian objects.”

A partir do texto destas resoluções alternativas percebemos que todas as denominações individualizadas nesta série podem ser referidas ao locutor-*nós astrônomos* nas suas divisões internas provocadas pelas animadas discussões que deram origem às definições terminológicas. Elas mostram na sua forma (pela determinação à direita) o conflito estabelecido entre duas perspectivas enunciativas antagônicas:

- 1- Resoluções 5A e 6A: um *enunciador coletivo 1* através do qual se exprime a posição de sujeito do *progresso científico*, que defende a adequação teórica e terminológica impostas pelas novas descobertas científicas; e
- 2- Resoluções 5B e 6B: um *enunciador coletivo 2*, através do qual se exprime a posição de sujeito da *tradição teórica*, que defende o peso do conhecimento historicamente produzido e amplamente difundido na população como princípio de legitimação de uma imagem positiva da ciência.

Desta maneira, as denominações nos fornecem indícios do funcionamento da temporalidade recortada pelo acontecimento enunciativo, tendo uma como esteio um memorável (a tradição: *classical planets* em 5B, *plutonian objects* em 6B) e abrindo a outra para uma futuridade (o progresso científico: *a new category of trans-Neptunian objects* em 6A).

O fato de que este litígio constitutivo do processo de nomeação apareça apagado na página da IAU, sendo excluído dos espaços do hipertexto onde se reúnem os conhecimentos historicamente produzidos pela comunidade dos astrônomos e normalizados pela associação, mostra a imagem de ciência que prevalece na página desta instituição: uma ciência representada pelos seus resultados, pelos avanços que se acumulam ao longo da história, que se apresentam no estatuto universal e provisoriamente atemporal do conhecimento científico adquirido e estabilizado, sem memória das polêmicas e debates que dividem a comunidade científica, confrontando versões antagônicas para a explicação dos fenômenos observados.

Neste sentido, é interessante verificar que a memória de erros, polêmicas e retificações que fica apagada na página institucional da IAU é justamente aquela que ganha destaque nas matérias de divulgação científica que noticiaram a mudança sofrida pela definição do conceito de “planeta”. Vejamos só uns poucos exemplos:

Após 12 dias de intensos debates entre 2500 astrônomos reunidos em Praga, na República Checa, a União Astronômica Internacional (UAI) excluiu nesta quinta-feira Plutão da categoria de planeta do Sistema Solar. (VEJA online, Espaço, 24-8-06)

Foi a correção pública de um erro histórico, que há mais de sete décadas incomodava a maioria dos astrofísicos. Plutão perdeu o *status* de planeta e nosso sistema voltou a ter apenas oito membros, de acordo com uma resolução aprovada em 24 de agosto passado, depois de acaloradas discussões, inclusive de ordem semântica, pela 26a assembleia geral da União Astronômica Internacional, reunida em Praga. “Não havia mais argumentos científicos para defender a manutenção de Plutão como planeta”, afirma o astrofísico Enos Picazzio, da Universidade de São Paulo (USP). (“Éramos nove”, in: PESQUISA FAPESP online, n.127, set. 2006)

Por 76 anos, nossas escolas ensinaram que Plutão era um planeta. Alguns argumentam que cultura e tradição são suficientes para deixar as coisas assim. Mas a ciência não pode se prender a enganos do passado. Para ser útil, uma definição científica deveria refletir a estrutura do mundo natural. Podemos revisá-las quando necessário para refletir o melhor entendimento decorrente das novas descobertas. (“O que é um planeta?”, Steven Soter, in: *Scientif American Brasil*, n. 57, fev.2007)

Diferentemente de outras resoluções apresentadas na assembleia essa esteve longe de obter um consenso. O júri se dividiu e a contagem de votos teve que ser refeita para se ter certeza do resultado. Depois de terminada a recontagem foi aprovada a nova resolução que define fisicamente um planeta. A principal frustração para alguns e conquista para outros foi o fato de que essa nova resolução deixaria de fora o velho e conhecido, agora ex-planeta, Plutão, que não atende aos requisitos de um “planeta” estabelecidos pela resolução 5A. (“O rebaixamento de Plutão”, Eder Martioli, in: *ComCiência*, n. 90, 10-8-2007)

Concluimos, então, nossa análise, apontando para a utilização, na matéria de Eder Martioli, da denominação *Resolução 5A*. Para nós é muito significativa esta recuperação da DCOU pelo texto de divulgação científica, inclusive através de uma fotografia onde aparece esta denominação encabeçando o texto da resolução projetado num telão no momento mesmo de sua votação em Praga (ver anexo 1). Esta sua aparição em um texto externo ao espaço virtual institucional da IAU nos oferece um forte indício do funcionamento enunciativo deste nome, que traz marcado na sua materialidade os traços vivos da memória do litígio enunciativo apagado pelas definições terminológicas.

CONCLUSÕES

Através de um estudo de caso em que analisamos um corpus reduzido porém representativo, acreditamos ter demonstrado a produtividade descritiva de uma abordagem enunciativa para a compreensão do funcionamento das definições terminológicas. Neste sentido, à guisa de conclusão, destacamos alguns aspectos dessa nossa análise.

Em primeiro lugar, pudemos observar a relação constitutiva dos processos de denominação e definição terminológicas com o texto no qual estão inseridas, o que leva a considerar as operações de reescritura e articulação que *integram* os enunciados definidores no texto global. Assim, é possível perceber que o agenciamento enunciativo organiza a representação da temporalidade nos enunciados, afetando tanto a modalização quanto a

performatividade dos mesmos. Efetivamente, no nosso trabalho verificamos que é pela evocação inicial do litígio que constitui o lugar de enunciação do locutor-x, identificado com o *nós astrônomos* e representado pelas suas polémicas internas, que o texto da *Resolução 5A* introduz, então, a perspectiva de um *enunciador universal da ciência*, assimilado por um locutor impessoal que projeta sobre os enunciados definidores a força ilocucionária impositiva própria da perspectiva jurídico-administrativa da normalização terminológica. Desta maneira, a análise do desdobramento que constitui o agenciamento enunciativo nas duas cenas enunciativas que configuram o texto da resolução permite descrever o efeito de estabilização referencial e de normalização terminológica produzido pelos enunciados definidores.

Em segundo lugar, observamos a disparidade no funcionamento da representação da temporalidade nos enunciados, através da presença de marcações temporais várias (tempo verbal, advérbios e adjetivos), que diferenciam as definições terminológicas, representadas na atemporalidade característica da escrita científica, do parágrafo introdutório da resolução, no qual a representação da temporalidade se aproxima do discurso da divulgação científica, especificamente no que diz a respeito das descobertas. Neste sentido, é importante distinguir esta representação da temporalidade nos enunciados (entendida como marcação do *tempo linguístico*, segundo o define Benveniste, 1974) da temporalidade instaurada pelo acontecimento da enunciação, através do recorte de memoráveis e da projeção de futuridades, que só podem ser descritos pela relação estabelecida entre os lugares de enunciação e de dizer com o interdiscurso, tal como proposto por Guimarães (2002). Com efeito, este autor afirma que

A temporalidade do acontecimento não coincide com o *ego* que diz *eu*, que chamo aqui de locutor. A configuração do Locutor no acontecimento é a de que ele é a origem do dizer e assim da temporalidade. Diria que Benveniste limitou-se a tratar desta representação. Deste modo, a temporalidade do acontecimento da enunciação traz sempre esta disparidade temporal entre o tempo do acontecimento e a representação da temporalidade pelo Locutor. (Guimarães, 2002: 14)

É justamente esta temporalidade do acontecimento da enunciação, que não coincide com a organização das marcações temporais centradas no tempo do Locutor, que tentamos atingir com a descrição do litígio enunciativo que atravessa os modos de nomear a partir dos quais se constituem as três DCOU que designam a polémica resolução. Efetivamente, não há marcação temporal na estrutura formal destas denominações (*Resolution 5*, *Resolution B5* e *Resolution 5A*), no entanto, se referidas ao acontecimento da enunciação e, portanto, ao agenciamento enunciativo, podemos analisar as determinações à esquerda e à direita do elemento fixo identificador como indícios da delimitação de memoráveis e futuridades que confrontam duas perspectivas enunciativas opostas²³. Assim, a partir da materialidade formal dessas DCOU podemos reconstruir, pela análise, o litígio enunciativo que está na base das operações semântico-enunciativas de (re)definição terminológica. Litígio que é

²³ Em trabalhos anteriores, analisamos a presença de posições sujeitos antagônicas tensionando a estrutura formal de diversas designações, às quais denominamos, por esta razão, de designações divididas. Cf. Zoppi Fontana (2003).

necessariamente apagado para produzir o efeito de estabilidade referencial e normalização terminológica.

Desta maneira, esperamos, com este nosso trabalho, ter contribuído para o estudo da relação entre acontecimento enunciativo, temporalidade e interdiscurso, dando continuidade aos trabalhos já desenvolvidos sobre esta temática dentro da abordagem proposta pela Semântica do Acontecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUTHIER-RÉVUZ, J. (1998). “O discurso da vulgarização científica”. In: *Palavras incertas*. Campinas, Editora da Unicamp.
- BENVENISTE, E. (1966). “As relações de tempo no verbo francês”. In: *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas, Pontes, 1995.p.260-276
- _____. (1974). “A linguagem e a experiência humana”. In: *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas, Pontes, 1989. p.68-80.
- BOSREDON, B. (1997). *Les titres des tableaux*. Paris, PUF.
- _____. (1999). “Modos de ver, modos de dizer. Titulação da pintura e discursividade”. In: *RUA-Revista do Núcleo de desenvolvimento à criatividade*, n. 5: 17-38.
- FIORIN, J.L. (1996). *As astúcias da enunciação*. São Paulo, Ed. Ática.
- GUIMARÃES, E. (2002). *Semântica do Acontecimento*. Campinas, Pontes.
- _____. (2007). “Domínio semântico de determinação”. In: Guimarães, E. & M.C. Mollica. *A palavra. Forma e sentido*. Campinas, Pontes.
- _____. (2009). “A enumeração. Funcionamento enunciativo e sentido”, In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*, n. 50.2, neste volume.
- KRIEGER, M.G. (2000). “Terminologia revisitada”. In: *DELTA*, v.16, n.2, p.209-228, disponível em <http://www.scielo.br/pdf/delta/v16n2/a01v16n2.pdf>, acessado em 15-6-09
- MACHADO, C.J.S. (2009). “A descoberta científica para alguns autores clássicos do século XX”. In: *DataGramZero - Revista de Ciência da Informação - v.10 n.1 fev/09*. disponível em http://www.datagramzero.org.br/fev09/F_I_art.htm, acessado em 15-6-09.
- NUNES, J.H. (2001). “Discurso de divulgação: a descoberta entre a ciência e a não ciência”. In: Guimarães, E. (org.) *Produção e circulação do conhecimento. Estado, mídia, sociedade*. Campinas, Pontes. p. 31-40
- ORLANDI, E. (2001). “Divulgação científica e efeito leitor: uma política social urbana”. In: *Discurso e texto*. Campinas, Pontes, p.149-162
- PÊCHEUX, M. (1975). *Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, Editora da Unicamp, 1988.
- ZOPPI FONTANA, M. (2002). “Acontecimento, arquivo, memória: às margens da lei”. In: *LEITURA. Revista do Programa de Pós-graduação em Letras (UFAL)*, v. 30. p.175-205
- _____. 2003. “Identidades (in)formais. Contradição, processos de designação e subjetivação na diferença”. In: *Organon*. Porto Alegre, v. 17, n. 35, p. 245-282
- _____. 2005. “Arquivo jurídico e exterioridade. A construção do corpus discursivo e sua descrição/ interpretação”. In: GUIMARÃES, E.; BRUM DE PAULA, M. R. *Sentido e Memória*. Campinas, PONTES, p.93-115.

ANEXO I

Tradução da Resolução 5A e fotografia do evento reproduzidas no artigo assinado pelo astrônomo Eder Martioli na revista online ComCiência, n. 90, 10-8-2007, disponível em <http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=27&id=310>

Resolução 5 A

A IAU portanto decide que planetas e outros corpos, exceto satélites, em nosso Sistema Solar, são definidos em três distintas categorias da seguinte maneira:

- (1) Um planeta¹ é um corpo celeste que (a) está em órbita ao redor do Sol, (b) possui massa suficiente para que a sua própria gravidade supere as forças de um corpo rígido de forma que este assuma uma forma tal que este esteja em equilíbrio hidrostático (aproximadamente esférico), (c) tenha limpado a vizinhança ao redor de sua órbita.
- (2) Um "planeta-anão" é um corpo celeste que (a) está em órbita ao redor do Sol, (b) possui massa suficiente para que a sua própria gravidade supere as forças de um corpo rígido de forma que este assuma uma forma tal que este esteja em equilíbrio hidrostático (aproximadamente esférico)², (c) não tenha limpado a vizinhança ao redor de sua órbita, e (d) não é um satélite.
- (3) Qualquer outro objeto³, exceto satélites, orbitando o Sol, devem ser referenciados coletivamente como "Corpos Pequenos do Sistema Solar".

¹ Os oito planetas são: Mercúrio, Vênus, Terra, Marte, Júpiter, Saturno, Urano e Netuno.

² Um processo da IAU será estabelecido para definir um limite para objetos que estão entre as categorias de planeta-anão e outras.

³ Este inclui a maioria dos asteroides do Sistema Solar, a maioria dos Objetos Trans-Netunianos (OTNs), cometas, e outros corpos pequenos.

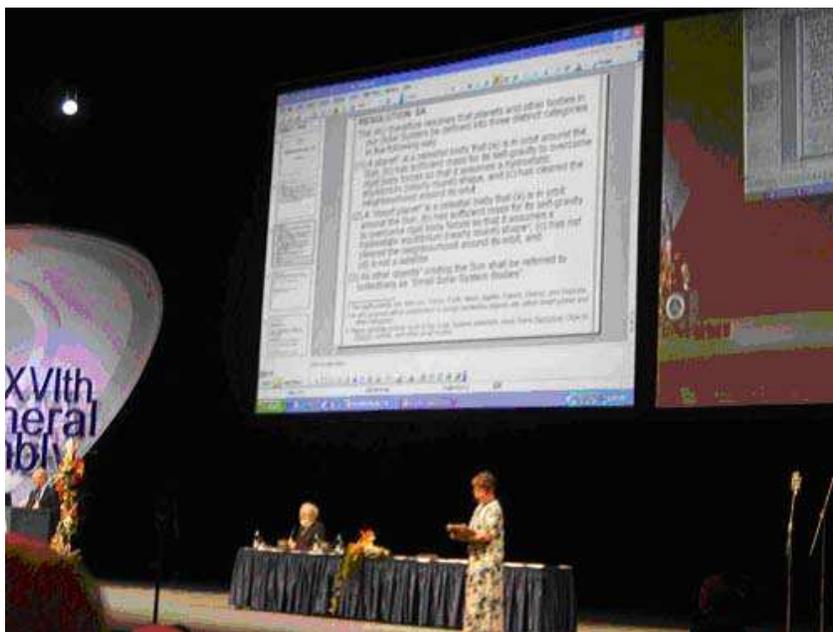


Fig. 1 – A radio-astrônoma Jocely Bell faz o anúncio da resolução 5A na assembléia geral da IAU, em 24 de agosto de 2006, na cidade de Praga

ANEXO II – Release de imprensa *iau0603* lançado na página da IAU em 24-8-06 e acessado em 9-11-06 em <http://www.iau2006.org/mirror/www.iau.org/iau0603/index.html>



- EXECUTIVE BODIES
- ADMINISTRATION
- MEMBERSHIP
- COMMITTEE MEMBERS
- EDUCATION
- GRANTS AND
- MEETINGS
- PUBLICATIONS
- PUBLIC POLICY
- NEWS
- NEWS PROMOTION
- OFFICES AND BUREAUX
- TECHNICAL COOPERATION
- ACTIVITIES
- FAQs

News

IAU 2006 General Assembly: Result of the IAU Resolution votes 24 August 2006, Prague

The first half of the Closing Ceremony of the 2006 International Astronomical Union (IAU) General Assembly has just concluded. The results of the Resolution votes are outlined here.

It is official! The 26th General Assembly for the International Astronomical Union was an astounding success! More than 2500 astronomers participated in six Symposia, 17 Joint Discussions, seven Special Sessions and four Special Sessions. New science results were vigorously discussed, new international collaborations were initiated, plans for future facilities put forward and much more.

In addition to all the exciting astronomy discussed at the General Assembly, six IAU Resolutions were also passed at the Closing Ceremony of the General Assembly:

1. Resolution 1 for GA-J00VI: "Precession Theory and Definition of the Ecliptic"
2. Resolution 2 for GA-J00VI: "Supplement to the IAU 2000 Resolutions on reference systems"
3. Resolution 3 for GA-J00VI: "Re-definition of Barycentric Dynamical Time, TDB"
4. Resolution 4 for GA-J00VI: "Endorsement of the Washington Charter for Communicating Astronomy with the Public"
5. Resolution 5A: "Definition of 'planet' "
6. Resolution 5B: "Definition of Pluto-class objects"

The IAU members gathered at the 2006 General Assembly agreed that a "planet" is defined as a celestial body that (a) is in orbit around the Sun, (b) has sufficient mass for its self-gravity to overcome rigid body forces so that it assumes a hydrostatic equilibrium (nearly round) shape, and (c) has cleared the neighbourhood around its orbit.

This means that the Solar System consists of eight "planets" Mercury, Venus, Earth, Mars, Jupiter, Saturn, Uranus and Neptune. A new distinct class of objects called "dwarf planets" was also decided. It was agreed that "planets" and "dwarf planets" are two distinct classes of objects. The first members of the "dwarf planet" category are Ceres, Pluto and 2003 UB313 (temporary name). More "dwarf planets" are expected to be announced by the IAU in the coming months and years. Currently a dozen candidate "dwarf planets" are listed on IAU's "dwarf planet" website, which keeps changing as new objects are found and the physics of the existing candidates becomes better known.

The "dwarf planet" Pluto is recognized as an important proto-type of a new class of trans-Neptunian objects. The IAU will set up a process to name those objects.

Results:
Resolution 5A: "Definition of Planet" was not counted but was passed with a great majority.
Resolution 5B: "Definition of Classical Planet" had 91 votes in favour, but many more against so there was no count.
Resolution 5A: "Definition of Pluto-class objects" was passed with 237 votes in favour, 157 against and 17 abstentions.
Resolution 5B: "Definition of Plutonian Objects" had 133 votes in favour and 138 votes against.

Below are the planet definition Resolutions that were passed.

Notes for editors

Download text
Word-format

Additional information
Questions and answer sheet

Images



Resolution 5A is the principal definition for the IAU usage of "planet" and related terms.

Resolution 6A creates for IAU usage a new class of objects, for which Pluto is the prototype. The IAU will set up a process to name these objects.

IAU Resolution: Definition of a Planet in the Solar System
Contemporary observations are changing our understanding of planetary systems, and it is important that our nomenclature for objects reflect our current understanding. This applies, in particular, to the designation "planet". The word "planet" originally described "wanderers" that were known only as moving lights in the sky. Recent discoveries lead us to create a new definition, which we can make using currently available scientific information.

RESOLUTION 5A
The IAU therefore resolves that "planets" and other bodies in our Solar System, except satellites, be defined into three distinct categories in the following way:

- (1) A "planet"¹ is a celestial body that (a) is in orbit around the Sun, (b) has sufficient mass for its self-gravity to overcome rigid body forces so that it assumes a hydrostatic equilibrium (nearly round) shape, and (c) has cleared the neighbourhood around its orbit.
- (2) A "dwarf planet" is a celestial body that (a) is in orbit around the Sun, (b) has sufficient mass for its self-gravity to overcome rigid body forces so that it assumes a hydrostatic equilibrium (nearly round) shape², (c) has not cleared the neighbourhood around its orbit, and (d) is not a satellite.
- (3) All other objects³ except satellites orbiting the Sun shall be referred to collectively as "Small Solar-System Bodies".

¹The eight "planets" are: Mercury, Venus, Earth, Mars, Jupiter, Saturn, Uranus, and Neptune.

²An IAU process will be established to assign borderline objects into either dwarf planet and other categories.

³These currently include most of the Solar System asteroids, most Trans-Neptunian Objects (TNOs), comets, and other small bodies.

IAU Resolution: Pluto

RESOLUTION 6A
The IAU further resolves:

Pluto is a "dwarf planet" by the above definition and is recognized as the prototype of a new category of trans-Neptunian objects.

ANEXO III



RESOLUTION B5

Definition of a Planet in the Solar System

Contemporary observations are changing our understanding of planetary systems, and it is important that our nomenclature for objects reflect our current understanding. This applies, in particular, to the designation “planets”. The word “planet” originally described “wanderers” that were known only as moving lights in the sky. Recent discoveries lead us to create a new definition, which we can make using currently available scientific information.

The IAU therefore resolves that planets and other bodies, except satellites, in our Solar System be defined into three distinct categories in the following way:

(1) A planet¹ is a celestial body that

- (a) is in orbit around the Sun,
- (b) has sufficient mass for its self-gravity to overcome rigid body forces so that it assumes a hydrostatic equilibrium (nearly round) shape, and
- (c) has cleared the neighbourhood around its orbit.

(2) A “dwarf planet” is a celestial body that

- (a) is in orbit around the Sun,
- (b) has sufficient mass for its self-gravity to overcome rigid body forces so that it assumes a hydrostatic equilibrium (nearly round) shape²,
- (c) has not cleared the neighbourhood around its orbit, and
- (d) is not a satellite.

(3) All other objects³, except satellites, orbiting the Sun shall be referred to collectively as “Small Solar System Bodies”.

¹ The eight planets are: Mercury, Venus, Earth, Mars, Jupiter, Saturn, Uranus, and Neptune.

² An IAU process will be established to assign borderline objects to the dwarf planet or to another category.

³ These currently include most of the Solar System asteroids, most Trans-Neptunian Objects (TNOs), comets, and other small bodies.